

SOCIEDADE, TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO

Marcelo Pustilnik Vieira¹

RESUMO

Os avanços tecnológicos e a entrada dos computadores e da internet na escola levaram a educação a enfrentar problemas antes desconhecidos. Por isso, os seus profissionais necessitam de um reposicionamento frente a essas mudanças. Para entender o que isso significa é necessário conhecer alguns processos que estão em andamento na sociedade, tais como Globalização, Neoliberalismo, a Nova Divisão do Trabalho, Individualização e Educação, e Novas Tecnologias em Educação. Apresentamos esses temas sem querer dar respostas ou aprofundar-se em cada um deles, mas por entender que qualquer análise no campo educacional sem levá-los em consideração não refletiria a complexidade do momento vivido neste início de século. Os desafios são enormes, tanto para a superação das limitações individuais frente ao isolamento no qual o professor se encontra, na superação das barreiras tecnológicas que implicará novos cenários metodológicos e diferentes estratégias educacionais, quanto das políticas educacionais que necessitam resgatar a dignidade do profissional em educação, possibilitar estabilidade e melhorias de condições de trabalho além de capacitá-lo para conduzir o processo de mudança necessário que atenda os novos alunos, todos nativos digitais, com necessidades e capacidades diferenciadas daquelas dos alunos sem televisão e sem internet e que tinham como fonte de informação o livro didático somente.

PALAVRAS-CHAVE

Educação e sociedade; Educação e tecnologia; Informática em educação.

¹ Doutorando em Políticas Públicas e Educação na FE-UNICAMP. Mestre em Ensino e História em Ciências da Terra – IG-UNICAMP, Professor de Ensino Superior na FAAT em TICs e Educação. Consultor em EAD no SEBRAE Nacional.

ABSTRACT

With the technological advances and the input of the computers and the internet in school they had taken the education to face before unknown problems, therefore the education professionals need to repositioning front these changes. To understand what this means is necessary to know some processes that are in progress in society: Globalization; Neoliberalism; the New Work Division, Individualization and Education; and New Technologies in Education. We present these subjects without wanting to give responses or to go deep in each one of them, but to understand that any analysis in the educational field without takes them in consideration would not reflect the complexity of the moment lived in this beginning of century. The challenges are huge, as much for the overcoming of the individual limitations front to the isolation in which the professor meets, in the overcoming of the technological barriers that will imply in new methodological scenes and different educational strategies, how much of the educational politics that need to rescue the dignity of the education professional, to make possible stability and improvements of work conditions beyond enabling him to lead the necessary change process that takes care of the new pupils, all digital natives, with differentiated necessities and capacities of those pupils without television and the internet and that they had as information source only the didactic book.

KEY WORDS

Education and society; Education and technology; Computer science in education.

Contexto Mundial

A relação estreita entre sociedade e tecnologia faz com que a educação enfrente problemas antes desconhecidos e isso leva os profissionais dessa área à necessidade de um reposicionamento frente a estas mudanças. Para entender o que isso significa desenvolveremos os seguintes temas: Globalização, Neoliberalismo, a Nova Divisão do Trabalho, Individualização e Educação e Novas Tecnologias em Educação. Essa divisão tem por finalidade somen-

te contextualizar o panorama mundial atual no qual a sociedade e a educação presentes se inserem. Sem querer dar respostas ou aprofundar cada um desses temas, entendemos que este contexto influencia e promove diferentes transformações na sociedade atual. Portanto, sem entendê-lo ou considerá-lo, qualquer análise no campo educacional fica fora de lugar e não refletirá a complexidade do momento vivido neste início de século.

Globalização

Muitas vezes os dois primeiros conceitos – globalização e neoliberalismo – se confundem, mas na realidade são termos que definem conjunturas distintas; entretanto, certamente complementares. O conceito de globalização, segundo Araújo (2001), surge a partir das mudanças ocorridas desde a década de 1960 e 1970 no sentido de uma “superação das fronteiras e uma acentuação da internacionalização” (BOYER apud ARAÚJO, 2001). Isso significa que há uma nova forma de organização geográfica do comércio, da produção, da informação e da circulação do capital que não se restringem mais a países, partes ou regiões do planeta, mas envolvem todos estes. Contudo, essa acentuação da internacionalização não significa melhor redistribuição dos bens ou capital, muito pelo contrário, tem se mostrado perversa, aumentando a fragilização dos mais pobres e concentrando as riquezas em poder dos mais ricos, tornando as distâncias entre estes maiores.

As tendências globalizantes da modernidade são inerentes às influências dinâmicas que acabo de esboçar. A reorganização do tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade da modernidade supõem propriedades universalizantes que explicam a natureza fulgurante e expansionista da vida social moderna em seus encontros com práticas tradicionalmente estabelecidas. A globalização da atividade social que a modernidade ajudou a produzir é de certa maneira um processo de desenvolvimento de laços genuinamente mundiais – como aqueles envolvidos no sistema global de estados-nações ou na divisão internacional do

trabalho. Entretanto, de modo geral, o conceito de globalização é melhor compreendido como expressando aspectos fundamentais de distanciamento entre tempo e espaço. A globalização diz respeito à inserção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais “à distancia” com contextualidades locais (GUIDDENS, 2002)

É importante entender o conceito de modernidade apresentada por Guiddens, pois ajuda a fixar os conceitos fundantes das tendências atuais. O autor refere-se à modernidade a partir de instituições e modos de comportamentos que surgem na Europa depois do feudalismo e que vieram a tornar-se mundiais no século XX. Segundo ele, “a modernidade pode ser entendida como [...] equivalente ao mundo industrializado”. Porém, certamente não se considera esta como sendo a única dimensão, pois o capitalismo com seu sistema produtivo, mercados, competitividade e mercantilização do trabalho pode ser considerado outra dimensão, ambas perpassadas pelo controle e informação como forma violenta de coordenar as atividades sociais.

Brünner (1998) fala que a globalização – incluindo a modernização – não passaria de uma norte-americanização da cultura em nível mundial. Em sua afirmação, leva em conta a indústria cultural, por meio da qual a cultura americana dominava, nos anos 1990, o mercado de filmes e produções de televisão, com cerca de 79% do mercado mundial e o fato de que quase três quartos dos programas de computador são em língua inglesa, aspectos relevantes no contexto globalizado.

Já para Touraine (2006), a globalização não significa uma nova etapa da modernidade, ou uma nova revolução industrial, mas “ela intervém no nível dos modos de gestão da mudança histórica.”, que ele chama de um modo extremo de modernização capitalista.

Araújo (2001) define a globalização a partir de quatro processos de mudança:

- 1) A intensificação do comércio internacional, impulsionado pela liberalização dos mercados, a partir dos anos 1970.
- 2) A desregulamentação e internacionalização dos mercados financeiros, a partir dos anos 1980.
- 3) O desenvolvimento das novas tecnologias provocaram uma revolução nas comunicações e no processamento de informações, o que possibilitou o desenvolvimento do transporte de mercadorias redistribuindo e transformando o modo de produção como um todo.
- 4) A intensificação dos investimentos externos das multinacionais provocando a forte internacionalização, ou globalização da atividade econômica.

Segundo Chesnais (1996) o termo “global” surge nas escolas norte-americanas de administração de empresas, nos anos 1980 e, em pouco tempo, ganha a imprensa econômica e rapidamente é assimilada pelo discurso político neoliberal. O termo globalização esconde na realidade outros interesses maiores.

Os grandes industriais japoneses, cuja economia continua sendo uma das mais fechadas, mas cujos grupos estão entre os mais internacionalizados do mundo, apoderaram-se desta expressão para definir uma visão de novo mundo “triádico” que estaria nascendo. Estimular o “globalismo” significa, para eles, fazer o seguinte chamado aos dirigentes industriais e políticos americanos e europeus: vamos parar de brigar por questões menores e bobas, como cotas de importação e de que modo nós manejando a política industrial, vamos tomar consciência de nossos interesses comuns e cooperar! De fato, as publicações que fazem a mais extremada apologia da “globalização” e do “tecnoglobalismo” apresentam esse mundo que está nascendo como “sem fronteiras” (*borderless*, título do livro de 1990 de Ohmae) e as grandes empresas como “sem nacionalidade” (*satateless*, expressão empregada pela influente revista *Business Week*, 1990). (CHESNAIS, 1996)

Expressões camufladas nos ideais liberais de liberdade, livre concorrência e adaptação ao desenvolvimento técnico. Certamente, esta grande cortina de fumaça esconde interesses diversos, como a ampla liberalização do comércio internacional e a maior liberdade no fluxo de capital entre os diversos sistemas econômicos locais (países) e regionais (blocos econômicos) de forma que, como disse Chesnais (1996), “as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado”.

O papel das novas tecnologias de comunicação neste cenário tem uma importância enorme. Com os recursos propiciados de comunicação global e instantânea aliado à desregulamentação das economias e liberalização das fronteiras, todo o setor produtivo passa a ter uma capacidade de investir e desinvestir e também de por em concorrência as diferenças dos preços das forças de trabalho entre regiões do globo, permitindo inclusive a implementação e expansão da terceirização. Isso tudo propicia a fragmentação de processos de trabalho, que colocados de maneira generalizada pelo globo, têm provocado uma nova divisão internacional do trabalho.

[...] sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente. (CHESNAIS, 1996)

Temos assim uma dupla realidade, uma mundialização da produção, do capital e da divisão do trabalho, mas não temos um “governo mundial” que regulamente toda esta nova conjuntura. O que assistimos é uma grande e avassaladora onda de expropriação da vida, dos direitos sociais coletivos, da perda da soberania dos povos. Uma onda sem controle de nenhum tipo, em que o limite é

o esgotamento dos recursos ambientais, a guerra, a fome e a miséria da grande maioria para saciar os desejos e prazeres de lucro de uma pequena minoria. É claro que este processo não é hegemônico nem livre de contradições.

No campo teórico a globalização é compreendida de distintas formas, desde aqueles autores cooptados pelo capital e que defendem as implementações, bem como os críticos que se opõem aos rumos do capital, encontram-se no meio do caminho autores com posições diversas. Araújo nos apresenta uma classificação esclarecedora.

O debate sobre a noção de globalização tem se desenvolvido a partir de um conjunto de questões que podem ser assim resumidas: a) definição: a natureza e as especificidades do fenômeno; de b) medida: resistências e indicadores empíricos relativos a presença e extensão do fenômeno; c) cronologia: dúvidas sobre a novidade do processo e sua periodização; d) explicação: a globalização como um processo explicativo o como aquilo que deve ser explicitado; e) julgamento normativo: os efeitos (positivos ou negativos) da globalização para nações, estados devam classes e grupos.

A partir dessas questões é possível identificar quatro posições nesse debate: 1) os hiper-globalistas ou radicais, que surgem numa primeira onda da literatura sobre globalização (Hay e Marsh, 2000) 2) os céticos ou rejeicionistas; 3) os transformacionistas; e 4) os críticos. (2001)

Os primeiros são aqueles que vêem na globalização um processo inevitável, um novo passo ou era na história. É interessante notar que duas linhas ideológicas estão presentes neste grupo: a neoliberal e a de origem marxista. Enquanto a primeira entende a globalização como o “triunfo das forças impessoais do mercado sobre o poder estatal” (ARAÚJO, 2001), para a segunda representa “o triunfo da forma opressiva do capitalismo global” (ARAÚJO, 2001).

Para os céticos, uma visão crítica ao processo de globalização se descortina. Estes apontam diversas falhas no pensamento neoliberal de abertura de mercado, afirmando que a atividade econômica mundial já foi maior, como no período anterior à Primeira Guerra. Afirmam também que as companhias transnacionais são raras e, na sua maioria, encontram-se enraizadas em economias nacionais. De tal modo, a mobilidade de capital não significa investimento global, este continua localizado em moldes nacionais, ficando o Terceiro Mundo fora do circuito do grande fluxo tanto de capital como comercial. Assim, a globalização é definida como uma nova forma na relação centro-periferia.

Os transformacionistas entendem que outras forças atuam nos processos de globalização, históricos e contingenciais, marcados por contradições. Deve-se considerar que a transformação da espacialidade e da temporalidade proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação, junto com as facilidades e velocidade que o desenvolvimento dos transportes propiciou, alteraram as relações e interconexões nas diversas dimensões da atividade humana. Assim, esse grupo considera a globalização como um fenômeno social multifacetado e diferenciado, que se desenvolve nos distintos domínios da vida social, extrapolando a dimensão política-econômica das visões anteriores.

Os críticos são considerados por Araújo como uma “quarta onda” nos estudos sobre a globalização.

Para estes globalistas críticos, portanto, a globalização deve ser compreendida como resultado contingente de ordem social de múltiplos processos que são, ao mesmo tempo, sociais, econômicos, políticos e culturais. Estes processos, que interagem de forma específica e contingente e se desenvolvem de forma desigual no espaço no tempo, são complexos, contraditórios e se contingentes sofrem resistências. [...] assim, apesar de questionarem as visões que conferem papel causal, explicativo à globalização, é central na concepção desses autores considerar o papel positivo que as

idéias sobre globalização podem desempenhar a na configuração (estruturação) dos contextos econômicos, sociais e políticos nos quais vivemos. (ARAÚJO, 2001)

Como podemos perceber, as diversas concepções e definições de globalização nos levam a discutir quase que diretamente o neoliberalismo, ou pelo menos este está sempre presente. Porém, só entender a globalização não basta para entender o neoliberalismo, bem como faltam elementos para entender os processos de fragmentação e fragilização das relações de trabalho e emprego. Vale a pena salientar que ambos os processos se traduzem em políticas educacionais e que seus impactos interessam significativamente àqueles que trabalham no campo da educação, uma vez que as políticas implementadas e seus reflexos estão presentes no dia a dia desses profissionais.

Neoliberalismo

Podemos entender o neoliberalismo como uma corrente ideológica que influenciou principalmente a política e a economia. Chamá-la de “neo” não significa considerá-lo uma nova forma de liberalismo – dos ideais Liberais de Locke² – mas sim, propiciar novas interpretações dos princípios liberais e das idéias de Adam Smith³ de que a “mão invisível” do mercado o regularia, associadas às idéias de que o Estado não deveria intervir na economia. Com a crise econômica vivida no início do século XX, provocada por fatores como a quebra da bolsa de Nova Iorque, o desemprego em massa nos EUA e Europa, a baixa produção industrial e a estagnação da economia mundial, o que resultou em duas guerras, foi formulado em Bretton Woods, em 1944, uma nova concepção de economia, a economia regulada pelo Estado, seu principal

² John Locke. Inglês, filósofo do século XVII, considerado o principal formulador do pensamento Liberal. (WIKIPÉDIA, 2007, p.s/n)

³ Adam Smith. Escocês, filósofo do século XVIII, considerado o primeiro formulador das teorias econômicas Liberais. (WIKIPÉDIA, 2007, p.s/n)

formulador foi Keynes⁴. Surge, então, o que passa a se chamar de Social-Democracia, ou “estado de bem estar social”. Economia e empregos são regulados e protegidos pelo Estado, incluindo os direitos trabalhistas e a seguridade social (BONFÁ, 2002).

Após a crise do petróleo na década de 1970, com a inflação crescente, baixo superávit, e perda de lucro, uma estratégia foi formulada no sentido de superação desta crise. Assim, negando os conflitos e problemas do capitalismo inicial, rompe-se com o modelo social-democrata e se retomam os princípios do Liberalismo, daí o nome Neoliberalismo.

Um dos principais opositores às políticas do estado de bem estar social, Hayek⁵ propunha que este controle do Estado levaria a uma situação de empobrecimento e servidão. Autor do livro intitulado “Caminho da Servidão”, publicado em 1944, sustentava idéias como: “Não temos alternativa senão aderir àqueles princípios morais básicos que tornam possível a economia de mercado, ou seja, os princípios da propriedade privada, do mercado competitivo, da concorrência e tudo mais”. Princípios estes que, junto com aqueles formulados por Friedman⁶ – “Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões políticas” – levaram a mudanças profundas nas políticas mundiais, pois

O neoliberalismo defendia que a atuação do Estado retardava o processo de realocação dos capitais dos setores industriais ultrapassados para aqueles surgidos com a terceira revolução industrial. Defende assim completa liberdade de mercado e total afas-

⁴ John Maynard Keynes. Inglês, economista do século XX, criador da Macroeconomia. (WIKIPÉDIA, 2007, p.s/n)

⁵ Friedrich August von Hayek. Austríaco, economista do século XX, principal formulador das teorias econômicas nas quais o neoliberalismo se apóia. (WIKIPÉDIA, 2007, p.s/n)

⁶ Milton Friedman. Americano, economista do século XX, teve papel importante nas implantação das políticas econômicas neoliberais no Chile e EUA. (WIKIPÉDIA, 2007, p.s/n)

tamento do Estado na produção e na intermediação das relações entre patrão e empregado. (PRATA, 2007)

Ao assumirem o governo em seus países, tanto Regan⁷ nos EUA, como Thatcher⁸ no Reino Unido, iniciaram um ciclo de reformas de cunho neoliberais que resultaram num processo mundial de reformas políticas, sociais e econômicas cujos princípios eram, segundo Bonfá:

- Paradigma da liberdade econômica, da eficiência e da qualidade;
- Economia de mercado auto-regulável;
- Estado minimalista;
- Desregulamentação do trabalho;
- Projeto de desestatização (privatização);
- Desqualificação dos serviços e das políticas públicas.

A competição, a concorrência e coalizão de interesses não são novidades, o que é novidade é que países que antes estavam no campo de embate agora formam um bloco único, ou pelo menos negociam neste movimento, e assumem um papel hegemônico nas políticas e economias internacionais. Nas palavras de Touraine (2006) “As intervenções do Estado não devem mais servir para manter em vida empresas não competitivas ou para conferir garantias a certas categorias sociais por razões políticas e a contrapelo de toda a racionalidade econômica”. Com a forte indução das agências monetárias internacionais – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – os países de terceiro mundo tiveram que abrir suas economias, flexibilizar leis, diminuir o tamanho do

⁷ Ronald Regan. Americano, ator e político do século XX., governou os EUA de 1981 a 1989. (WIKIPÉDIA, 2007, p.s/n)

⁸ Margaret Thatcher. Inglesa, política do século XX, foi primeira ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. (WIKIPÉDIA, 2007, p.s/n)

papel do Estado Nacional, quer em privatizações, quer nas concessões, desregulando o mercado. Em ritmo avassalador, assistimos na década de 1990 uma neoliberalização mundial. O poder econômico, junto com o poder militar impõe ao mundo uma única via que torna mais pobres os pobres e mais ricos os ricos. A racionalidade econômica assume o papel principal no palco da vida humana.

A nova divisão do trabalho

Esta nova conjuntura apresentada tem promovido uma profunda alteração nas relações de trabalho. Principalmente com a nova revolução industrial com o desenvolvimento das novas tecnologias e as novas formas de organização da produção.

O processo de inovação tecnológica em andamento tem motivado o surgimento de novos padrões de gestão da produção e organização do trabalho, acompanhados, em grande medida, pela desregulamentação da concorrência intercapitalista. Certamente a condução neoliberal das políticas macroeconômicas está no cerne da evolução mais recente da competição desregulada favorecida pela revisão do papel que o estado possuía na dinâmica capitalista desde a grande depressão de 1929. Na questão do trabalho, por exemplo, percebe-se que este encontrou condições de emancipação, na maioria dos casos, quando a concorrência intercapitalista apresentou maior grau de regulação pública. Fala-se, portanto, da intervenção do estado.

Desde o último quartel do século XX, porém, a concorrência intercapitalista desenvolve-se cada vez mais de forma desregulada, impondo ao trabalho situações de forte degradação. Do mesmo modo, este Estado encontra-se menos instrumentalizado e incapaz de dar conta do amplo processo de concentração e centralização dos capitais em nível mundial. Como consequência, termina-se assistindo a conformação de uma nova divisão do trabalho pelo mundo, com repercussões não desprezíveis para a produção e consumo nacionais. (POCHMANN, 2004)

Com o fim da estabilidade do Sistema Monetário Internacional, na década de 1970, pela quebra da paridade direta entre o ouro e o dólar americano, as novas tecnologias e o fim da Guerra Fria, entre outros fatores, temos uma nova organização do setor produtivo. Antes concentrada nos países centrais, protegido pelos Estados Nacionais, com programas de políticas de proteção ao trabalhador, baseadas na verticalização da produção, agora com a concentração do capital e com o avanço das corporações transnacionais, a produção foi reorganizada geograficamente em grandes cadeias produtivas. Ainda segundo Pochmann, a partir de novos padrões de produção, como a especialização flexível e a desverticalização do processo produtivo, novos paradigmas como *downsize* e reengenharia entre outros, determinadas áreas do mundo tornaram-se estratégicas e centrais, quer localmente, quer globalmente.

Essa nova distribuição geográfica da produção, aliada às novas tecnologias tem provocado um sentimento de insegurança, quer pelas exigências de maior produtividade, quer pelos constantes e crescentes processos de terceirização. Com a facilidade de mobilidade de produção, as corporações transnacionais têm buscado regiões onde a carga tributária é menor, as leis ambientais mais precárias e as proteções e salários dos trabalhadores são mais frágeis. Assim, os locais onde os trabalhadores são mais organizados são vistos agora como fatores de queda da produtividade e de redução das taxas de lucro.

Em consequência, as instituições e as políticas características desse período foram questionadas e a crescente aceitação do receituário neoliberal levou a adoção de políticas de desregulamentação com vistas a liberar os mercados da rigidez imposta pelos trabalhadores organizados. (ARAÚJO, 2001)

Hoje encontramos cada vez mais modelos informais de contratação ou sub-contratação. Cada vez mais, o número de empregos formais diminui, aumentando em proporção maior os

trabalhos precários e menos virtuosos da produção. Esse efeito cascata nos empregos, em primeiro lugar nos processos de terceirização, posteriormente na contratação precária (temporários, prestadores de serviço, contrato sem registro), é seguido de uma extensa rede de sub-contratação que chega até o serviço domiciliar; muitas vezes passando pela via das cooperativas de produção. Temos, assim, uma empresa transnacional, como a automobilística, vendendo em suas mercadorias produtos fruto de trabalho domiciliar.

Já não são poucos os estudos internacionais que destacam as profundas implicações das transformações que vêm ocorrendo na estrutura industrial sobre o trabalho. Acompanhando a globalização econômica e as novas tendências de realização da produção, tais transformações têm constituído cadeias produtivas que se transformam em vários níveis de fornecimento, ao contrário das estruturas formadas pelas grandes empresas e seu enorme conjunto de fornecedores, predominantemente durante o fordismo.

Atendendo às necessidades de flexibilização da produção e adequando-se à lógica do atual estágio de desenvolvimento econômico – baseado mais na dinâmica do capital financeiro do que do produtivo – esses novos arranjos se caracterizam pela tendência ao enxugamento das empresas por meio da externalização de partes do processo produtivo para terceiros. Esse movimento em cascata acaba por configurar a cadeia de produção em um conjunto de diferentes níveis de provimento. (LEITE, 2004)

Essa forma de produção, inclusive incentivada por sindicatos, governos e sociedade civil, resulta muitas vezes na constituição de cooperativas de trabalho ou produção. Com galpões e infraestruturas doadas ou financiadas pelas empresas ou pelos agentes citados, seus trabalhadores, na maioria das vezes mulheres, chegam a desenvolver domiciliarmente jornadas de trabalho com mais de 12 horas diárias de segunda-feira a segunda-feira. Como o resultado final de ganho é proporcional ao trabalho produzido, é comum a presença no trabalho de mão de obra infantil

– filhos ou netos dessas mesmas mulheres – quando não a participação da família toda na produção. Cabe ressaltar que nesta forma de produção, o trabalhador não tem garantidas a estabilidade e a seguridade social, entre outros fatores que foram conquistas históricas da classe trabalhadora frente ao modelo de capitalismo selvagem dos séculos XIX e XX e que agora se apresentam completamente fragmentados.

Dentro do quadro apresentado emerge um impasse nas relações entre educação e trabalho. A lógica que mantinha o sistema social em funcionamento, como um todo orgânico se desagrega. Tedesco (1998) nos apresenta que no capitalismo de estado, havia na formação do cidadão uma forte conexão com a formação para o trabalho. Conexão esta estabelecida na promessa da incorporação de todos no mercado de trabalho. Este era um ponto forte de coesão social. A partir das mudanças no capitalismo apontadas anteriormente, nota-se que está aumentando a distância entre os que trabalham em atividades de conhecimento intensivos e aqueles que ainda atuam nas áreas tradicionais, e são estes os excluídos do trabalho. A incapacidade apresentada pelos novos modos de produção em manter a promessa de incorporar toda a população de forma estável, quer pela precarização das relações, quer pelas formas flexíveis incorporadas ao setor produtivo, tanto na produção quanto na contratação. Tudo isso gera um processo de desestabilização social, levando a educação a ocupar um lugar contraditório. De um lado sem sentido por não garantir um lugar no mundo do trabalho, de outro, as exigências por um conhecimento cada vez mais intensivo exigem uma formação constante e exaustiva. É nesse ambiente que se encontram os professores.

Individualização

Como consequência das mudanças provocadas pelas políticas neoliberais em nível mundial e pela globalização das economias, tem ocorrido, aliado a nova divisão do trabalho, um recente processo de desinstitucionalização da sociedade, ou seja, o rom-

pimento das instituições clássicas como: família, igreja, escola, Estado e emprego. Essas mudanças e transformações não colocam mais o sujeito dentro de uma estrutura, que além de condicionante, lhe dava sentido e determinava grande parte do seu destino e do seu papel social. O novo contexto, agora, “coloca o indivíduo no primeiro plano da cena” (DUBET e MARTUCCELLI, 2000). Isso significa que o sentido de existência e de papel social do indivíduo na sociedade atual mudou significativamente. Valores que antes funcionavam como uma bússola orientando a vida das pessoas no oceano coletivo, agora são substituídos por um vago conceito de coletivo e predomina a idéia de que cabe somente a si os determinantes e escolhas. De tal modo, os fracassos e sucessos dependem daquilo que individualmente fazemos ou conseguimos colocar em ação.

O indivíduo hoje encontra-se como um ente separado da sociedade. Assim, coloca esta e a si mesmo sob suas necessidades e desejos pessoais, sobrepõe sua vontade independentemente das necessidades coletivas, perdendo desta maneira o sentido de conjunto. Nascido do ideário Liberal da liberdade individual, o indivíduo encontra-se exacerbado no presente tornando-o vazio e insatisfeito. “Acreditando ser autônomo, é mais dependente que nunca da sociedade e da manipulação comercial das identidades e das necessidades” (DUBET e MARTUCCELLI, 2000). Fragmentado, pois perde a capacidade de entender-se como ser social e produto de uma coletividade, acaba tornando-se escravo de si mesmo. Passivo de controle e subordinação, encontra-se grandemente influenciado e conduzido pela mídia de massa. De sujeito e cidadão, passa a cliente e consumidor. Essa mudança tem provocado profundas marcas na sociedade contemporânea. Enquanto o cidadão é alguém que tem consciência do outro, do bem coletivo, o indivíduo nega esses valores, pois seus direitos individuais vêm em primeiro lugar.

... como de Tocqueville há muito suspeitava, libertar as pessoas pode torná-las *indiferentes*. O indivíduo é o pior inimigo do ci-

dadão, sugeriu ele. O “cidadão” é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à “causa comum”, ao “bem comum”, à “boa sociedade” ou à “sociedade justa”. Qual é o sentido de “interesses comuns” senão permitir que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses? O que quer que os indivíduos façam quando se unem, e por mais benefícios que seu trabalho conjunto possa trazer, eles o perceberão como limitação à sua liberdade de buscar o que quer que lhes pareça adequado separadamente, e não ajudarão. As únicas duas coisas úteis que se espera e se deseja do “poder público” são que ele observe os “direitos humanos”, isso é, que permita que cada um siga seu próprio caminho, e que permita que todos o façam “em paz” – protegendo a segurança de seus corpos e posses, tornando criminosos reais ou potenciais nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, pervertidos, pedintes e todo tipo de estranhos constrangedores e maus. (BAUMAN, 2001)

Bauman é muito feliz em sua exposição quando aponta um dos grandes problemas da exacerbação do indivíduo: o fim da cidadania e sua nova relação com o poder público ou sociedade. Os direitos individuais se tornam maiores e mais prioritários que os deveres. Porém, outra faceta se apresenta oculta nesta nova relação: a forte determinação e a falta de escolha. Ao ser extremamente fragmentado, torna-se o indivíduo uma partícula separada do todo. Essa aparente autonomia, contudo, não se traduz em liberdade e sim em aprisionamento pela falta de opção. Como diz Ulrich Beck, a individualidade se torna individuação, ou seja, aquele estado em “*que não tem escolha senão a de agir*” (BECK apud BAUMAN, 2001), pois não há perspectiva de “reacomodação” daqueles que foram desacomodados. Nessa nova lógica, os fracassos e frustrações por insucessos, doenças ou desemprego são atribuídos somente a si por incapacidade pessoal. Não há espaço para questionar políticas públicas ou relações de desigualdades, pois essas contradições são atribuídas ao indivíduo; se dão certo é por mérito, se dão errado é por incapacidade.

A questão da cidadania não termina neste caos de identidades isoladas. Como expõe Bauman (2001), os espaços públicos estão permeados por essa nova ótica do indivíduo. Não existe mais a causa comum, pois aqueles que se aproximam deste palco o fazem muito mais pela necessidade de “*fazer parte da rede*” do que da possibilidade de discutir o sentido do bem comum.

A liberdade sem base, ou aquela falsa liberdade ilimitada, que gera a insignificância da escolha – por que proibir o que terá pouca consequência? – torna as pessoas escravas, e, apesar disso, elas sentem-se livres. Despertar deste estado de inconsciência tem um preço muito alto. Por isso, os indivíduos preferem ocupar um lugar social de “passageiros”, para não assumirem os compromissos e responsabilidades que a administração exige – o assumir fazer. O preço da liberdade verdadeira implica abrir mão da individualidade egoísta – ou individuação – e assumir o papel do sujeito coletivo, ou seja, daquele que se reconhece na coletividade como singular.

Uma das formas que pela qual se apresenta a individualização é o fim da igualdade, agora travestida de equidade. Assume-se que somos desiguais. Neste contexto, o que passa a ser atendido é a desigualdade. As políticas são priorizadas para atendê-las e não suplantá-las. Isso reforça a tese da fragmentação, uma vez que as políticas não são organizadas e implementadas com a intenção de atender igualmente a todos. Reforça também o papel individualista da sociedade. Há um aumento da liberdade individual, uma ilusão de que podemos escolher. Porém, na verdade, elegemos nossos caminhos individualmente e isoladamente por meio de um conservadorismo mutante, que também pode ser chamado de estratégia de homogeneização para conservar o status social. Isso, contudo, não supera a contradição de desigualdade na sociedade. Na verdade, para as classes mais baixas essas políticas se traduzem como abandono e com efeitos nefastos, pois normalmente têm caráter assistencialistas, aumentando a consciência de fracasso nos atendidos e seu sentimento de incapacidade.

Elias (1994) delinea um longo tratado para entender a complexa relação entre indivíduo e sociedade. Em sua narrativa fica claro que não se pode entender a sociedade por meio dos indivíduos isolados, uma vez que esses só se constituem indivíduos a partir de uma sociedade dada. Pode-se dizer, grosso modo, que a sociedade é um amálgama das produções individuais e coletivas, mas, acima de tudo, das relações estabelecidas entre os indivíduos no seio desta. O processo de desinstitucionalização e individualização leva a outro modo de constituir a sociedade. Primeiro some a idéia de bem comum, e o esforço individual passa a mascarar as diferenças e as desigualdades. Garante-se o lugar social pela herança cultural e pela capacidade de financiamento familiar. Formam-se valas profundas entre os estratos sociais aumentando o tamanho da base da pirâmide social e estreitando o topo. Citando Dubet e Martuccelli.

Porém o individualismo tem um preço quando a violência das relações sociais e das condições sociais confrontam os sujeitos com uma série de provas. Não é fácil chegar a ser um indivíduo autônomo quando os recursos sociais e culturais se constituem num obstáculo frente ao que, primeiramente, é um projeto de autonomia. (2000)

Assim, o que se está produzindo no bojo da sociedade atual é muito mais a desintegração de um projeto coletivo: é o viver a “terra de ninguém”, a barbárie. A degradação social tem se mostrado evidente e violenta, não só nas relações entre classes, mas também dentro das próprias camadas de classe. Porém, se o sujeito social, o indivíduo, se forma no seio das relações sociais, e se estas relações são pautadas pela individualidade, qual é mesmo o projeto coletivo? Como expõe Garretón.

O que parece mais provável é que cada esfera da sociedade se separe e, com suas próprias contradições, dê lugar a uma ação coletiva heterogênea, com poucos princípios comuns. Por tanto, ao mesmo tempo que se enriquecem a diversidade e as identidades

sociais, se debilitam os vínculos simbólicos e orgânicos que poderiam unificar esta diversidade em um novo movimento social (2000)

Certamente esta análise carece de tempo histórico para avaliar o real impacto da direção que está seguindo e as consequências sociais que irá produzir como rearranjo pós morte da modernidade. Os processos de desinstitucionalização e de individualização são recentes e ainda estão em andamento. Dessa forma, esta análise parte de dentro do processo, o que é mais difícil.

No entanto, o que podemos vislumbrar são indícios perigosos e sérios. Perigosos, do ponto de vista do caos social que aponta para tempos de barbárie. Sérios, pois deixam entrever que a modernidade está chegando a um final. Diante disso, podemos afirmar que estamos vivendo um momento de transição de uma sociedade com determinadas bases e estruturas para outra que ainda não sabemos como será. É justamente neste ponto de tensão que se encontra a sociedade, a escola, a educação.

A questão do individualismo atinge diretamente o professor, pois cabe somente a ele os resultados de sucesso e fracasso no sistema.. É evidente que há uma noção flutuante de responsabilização entre indivíduos em relação ao tema do fracasso do sistema escolar. Às vezes a questão perpassa pelo gestor, outras pela família do alunado, outras ainda pelo próprio alunado, mas quando aborda-se o professor, o foco recai nele, principalmente. Neste cenário o que predomina é a noção de isolamento. Um soldado que vai para guerra sem um exército está sozinho. Se a batalha foi perdida a responsabilidade é do soldado. Ele não soube, foi incapaz, não está devidamente preparado ou é ineficaz. Investe-se nele para que novamente sozinho vença a batalha.

Este círculo vicioso cai num vazio infrutífero. O professor também é um indivíduo na sociedade atual, tem suas necessidades, seus projetos – que muitas vezes passam longe da escola – percebe-se isolado e, por isso mesmo, ocupado em montar suas

estratégias individuais para sua vida, o que não necessariamente implica que seu trabalho na escola está incluído na dimensão de sua realização pessoal. A escola, muitas vezes, é um meio dentro de sua estratégia para chegar a cumprir seu projeto individual, quando muito familiar, já que grande parte dos professores são mulheres e mães. Seus alunos serão bem ou mal sucedidos a depender do empenho individual de cada um deles. É assim que o professor é visto, como indivíduo na sociedade, é assim que ele reproduz e vê o outro. Não há crise em ver o sistema falir, as coisas já estão dadas. Seus alunos são indivíduos que não possuem qualificação e competência para assumirem papel de destaque na sociedade. Sua escola, que não é sua é do Estado, é um ente que paira acima do sentimento de “nosso” e não lhe pertence e, uma vez que a idéia de bem comum ficou difusa. Assim, pouco lhe cabe fazer. Sua vida pessoal está cheia de problemas e estes são a sua prioridade, já que conforme o paradigma da individualidade, se ele fracassar foi exclusivamente por incompetência individual sua. Dessa maneira, os atos de ensinar e de estar em sala de aula passam muito mais por uma relação instrumental em sua vida do que representam um papel social.

Mas todos esses instrumentos e instituições, apesar de incorporados aos objetivos de curto prazo de muitas pessoas e grupos isolados, tendem sempre, ao mesmo tempo, quando considerados em longas extensões temporais, para uma direção única que nenhuma pessoa ou grupo, isoladamente, desejou ou planejou. Do mesmo modo, no curso da história, uma alteração do comportamento humano no sentido da civilização veio gradualmente e emergiu do fluxo e refluxo dos acontecimentos. Cada pequeno passo nessa trajetória foi determinado pelos desejos e planos de pessoas e grupos isolados; mas o que cresceu nesse trajeto até o momento, nosso padrão de comportamento e nossa configuração psicológica, certamente não foi pretendido por nenhuma pessoa em particular. E é dessa maneira que a sociedade humana avança como um todo; é dessa maneira que toda a história da humanidade perfaz seu trajeto:

De planos emergindo, mas não planejada,

Movida por propósitos, mas sem finalidade. (ELIAS, 1994, p. 58 e 59)

Se o professor, como qualquer outro sujeito na sociedade contemporânea, tem sido tratado como coisa, cliente ou consumidor, não se pode esperar que ele aja de outra maneira. Há, entre as Secretarias de Educação, uma idéia pré-concebida em relação à pouca eficácia dos cursos de capacitação e aos investimentos realizados em professores. Alega-se que muito se investe, mas pouco resultado chega na sala de aula. Ora, se pensarmos na lógica descrita até aqui, o professor recebe a capacitação para ele, como indivíduo, e não para ter mais trabalho em sala de aula, já que isso seria abrir mão do seu direito individual, de sair da consciência de si para si para a de sujeito coletivo – o que no paradigma atual não faz sentido. Este é o desafio.

Descentralização e fragilização do trabalho docente

A partir deste cenário, podemos abordar as políticas neoliberais brasileiras e suas consequências para a vida do trabalhador, mais especificamente a do professor de ensino básico. Com a Constituição de 1988, houve uma distribuição de papéis entre os diversos níveis da administração pública. Posterior a um regime ditatorial que durou vinte e um anos e cujas políticas eram centralizadas no Governo Federal, esta nova Constituição previa uma descentralização de obrigações e ajustes fiscais entre União, Estados e Municípios. Porém, com a entrada das políticas neoliberais, com os governos de Collor⁹ e FHC¹⁰, o que seria um processo descentralizador que reforçaria o federalismo, acabamos por assistir acontecer o contrário.

Este processo de descentralização financeira tem sido seguido de perto e, de forma bem mais problemática, pela descentralização

⁹ Fernando Collor de Melo. Presidente brasileiro no período de 1990 e 1992.

¹⁰ Fernando Henrique Cardoso. Presidente brasileiro no período de 1994 a 2002.

das competências entre as diferentes instâncias federativas, particularmente a descentralização do aparelho responsável pelas políticas públicas de proteção social. (RODRIGUEZ, 2001)

Com a Emenda Constitucional nº 14/96 e da lei 9324/96, o Governo Federal induziu o processo de descentralização na educação básica brasileira, forçando um ajuste sem os devidos diálogo e cooperação entre as partes. Diversas pesquisas indicaram os problemas desta medida (BASSI, 2001; DAVIES, 1999 e 2000; MONLEVADE, 1998; PUSTILNIK, AIELO & OLIVEIRA, 2001), que vão desde desresponsabilização do Governo Federal com diminuição de sua parcela no financiamento do ensino público, até a terceirização daquilo que deveria pela Constituição ser público e gratuito.

Assim passamos a ter presente nas políticas neoliberais para educação:

- Ênfase no ensino privado na escola diferenciada/dual e na formação das elites intelectuais;
- Formação para o atendimento das demandas/exigências do mercado;
- Cortes nos gastos educacionais
- Precarização do trabalho docente

As principais diretrizes educacionais implementadas na década de 1990 foram frutos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia em 1990, promovida pelo Banco Mundial, que estabeleceu algumas metas como:

- A prioridade depositada sobre a educação básica;
- A melhoria da qualidade (eficiência) da educação como eixo da reforma;
- A prioridade sobre os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa.

Essas prioridades, no caso brasileiro, foram traduzidas como direcionamento do foco para o ensino fundamental, inclusive com 60% dos repasses financeiros da educação para este nível de ensino, sem levar em consideração as necessidades dos outros níveis. A melhoria da eficiência traduzida em números e aspectos quantitativos não levando em consideração a qualidade da educação oferecida, acabou por resultar em progressiva tendência de queda nos índices educacionais de avaliação dos alunos.

Ainda para o Banco Mundial deveriam permanecer como funções dos governos:

- Fixar padrões;
- Facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar;
- Adotar estratégias flexíveis para aquisição e uso de tais insumos;
- Monitorar o desempenho escolar.

Por meio da implantação de sistemas de informação de dados educacionais e de provas aplicadas com os alunos, este monitoramento funcionou, na verdade, como maquiagem. Os insumos foram entendidos como livros didáticos, computadores, vídeo-aulas, e não como valorização do profissional e seu aperfeiçoamento. Os reflexos das orientações do Banco Mundial na educação brasileira resultaram no seguinte quadro de medidas e reformas implementadas pelo Governo Federal:

- Reestruturação orgânica dos Ministérios, instituições intermediárias e das escolas;
- O fortalecimento do sistema de informações;
- Capacitação de pessoal em assuntos administrativos;
- A avaliação constante dos resultados quantitativos;

- O estabelecimento de *rankings*;
- Gerência de Qualidade Total;
- Valorização de algumas disciplinas;
- Valorização da iniciativa privada e do estabelecimento de parcerias com empresas e com a sociedade civil;
- Repasse das funções do Estado para a sociedade civil.

Como se pode perceber, as concepções de educação presentes nas reformas representam uma visão economicista e empresarial da escola. Transforma-se a educação em uma mercadoria e abre-se ao mercado a participação, por meio de produtos como livros didáticos e até mesmo metodologias e planos educacionais vendidos por empresas privadas para as prefeituras que não dispunham de pessoal qualificado para gestão do sistema de ensino.

Ainda analisando as orientações e recomendações do Banco Mundial, a participação da família na escola deve ter os seguintes objetivos:

- Contribuição da comunidade para a sustentação da infraestrutura da escola;
- Um maior envolvimento da comunidade na gestão escolar.

O que temos visto, depois de mais de dez anos, é que houve uma ampliação da oferta de ensino, das matrículas, mas com um forte decréscimo na qualidade, o que pode ser medido pelos próprios exames nacionais de avaliação instituídos por estas políticas, aplicadas pelo Ministério da Educação - MEC¹¹. As lutas por uma educação de qualidade são antigas e entre elas encontram-se: a melhor remuneração de professores, melhores condições de en-

¹¹ Ministério de Educação - www.mec.gov.br.

sino e melhoria na infraestrutura das escolas; todas diretamente ligadas ao trabalho docente. Porém, o que tem acontecido não é exatamente isso, pois muitos professores, para aumentarem suas rendas acabam por fazer jornada dupla, e até tripla. Os auxiliares da escola (merendeiras, faxineiras, inspetores) foram todos terceirizados para iniciativa privada ou formaram cooperativas de trabalho e recebem um salário mínimo para cumprir suas atividades. Apesar de não terem direitos garantidos (não recebem nas férias escolares, não têm 13º salário ou nenhuma seguridade social ou previdenciária) são trabalhadores prestando serviço para a escola pública.

Dos Gestores.(Sim agora Diretor de escola ganha status de gestor –gerente–). Mudam-se as atribuições, fragiliza-se a escola e espera-se que o gestor de conta de inúmeras atribuições:

No exercício das funções de diretor de escola temos que dar conta de outras áreas do conhecimento, para resolver ou minimizar a complexidade e multiplicidade de situações-problema com as quais nos deparamos no dia-a-dia: temos que fazer papel de psicólogo, de assistente social, de advogado, de administrador de patrimônio, de gerente financeiro, de contador, de relações públicas, de coordenador pedagógico, de pedagogo, de administrador de Recursos Humanos. Enfim, um perfil exigente, altamente qualificado, por reunir tantas competências em um só profissional! Entretanto, a remuneração não corresponde, sequer de longe, a tantas exigências atribuídas a este profissional. (D.E. TUPÃ, 2007)

Percebemos assim como os princípios neoliberais chegaram à educação, e como as relações de fragilização de contrato dos trabalhadores também penetram na escola pública. Aliam-se a esse quadro os baixos salários pagos aos profissionais, o que resulta em uma situação de exploração cruel.

Focalização, eficiência e qualidade são termos frequentes no discurso neoliberal. Entretanto, quando aplicados à realidade, tra-

duzem-se em políticas de abandono e desresponsabilização, avaliadas por métodos quantitativos e economicistas, como se a educação fosse uma coisa, uma mercadoria; os professores operários; os alunos produtos e a escola, uma linha de montagem. Investe-se em material (livros didáticos, aparelhos de DVD, programas de informática, computadores, vídeo-aulas, antena parabólicas) mas pouco em formação continuada, principalmente em relação aos aspectos voltados para a utilização dos novos materiais que estão sendo entregues aos professores. Tal prática é insuficiente para prepará-los a fim de compreenderem seu papel nesta sociedade em transformação e menos ainda para torná-los promotores de uma educação para a vida e não para o mercado.

Novas Tecnologias em Educação

O termo “novas tecnologias” foi cunhado pela mídia marqueteira, enaltecendo aspectos da tecnologia como sendo os mais modernos e avançados aqueles voltados para o uso e aplicação da microeletrônica e seus artefatos mirabolantes. No entanto, esses não são mais ou menos úteis que outras tecnologias: manuais, analógicas e mecânicas – no caso da educação temos o giz, o papel e o lápis, mas é certo que estas “novas tecnologias” de certa forma contribuíram definitivamente para uma alteração na relação do ser humano com os conceitos de tempo e espaço, ou de informação e comunicação. Um dos exemplos deste uso transformador está na formação das redes sociais possibilitadas pela internet, conectando pessoas no mundo todo quase que instantaneamente. Castells (2004) desenvolve a idéia de que as estruturas de rede são usadas desde a origem humana e presentes na natureza, foram suplantada pela verticalização e centralização das relações sociais humanas na Modernidade, mas agora voltam renovadas pela capacidade de flexibilização da internet.

Ao professor cabe conhecer os impactos que as novas tecnologias provocaram na sociedade e, por consequência, na educação. Com o avanço da informática e a popularização da internet,

passamos a ter acesso à informação em tempo real, aumentando as trocas de comunicação e a rapidez nas análises de dados. O domínio tecnológico se torna essencial, uma vez que a partir dos anos 1980 o discurso das políticas públicas foi se delineando na construção da idéia de que a má formação dos professores é o motivo da baixa qualidade do ensino no país. Colada nos princípios neoliberais, que transferem a responsabilidade do estado para outras instâncias, repassa a carga da pouca eficiência do sistema de ensino no país para o indivíduo, no caso o professor. Para o governo, a solução para esse problema seria a formação continuada de professores em exercício, complementando a formação daqueles que não estariam preparados para ensinar. Aqui entram as políticas de EAD¹², que permitem não retirar do serviço o profissional – neste caso o professor de sala de aula – para fazer chegar até ele uma formação complementar. Além de não ser o único responsável pela pouca eficiência do sistema, tais cursos têm se utilizado cada vez mais das ferramentas oferecidas pela internet para o ensino a distância, o que implica um necessário domínio tecnológico por parte do professor. Esse, agora, se vê diante de um dilema, ou nega as transformações radicais sofridas pela sociedade e pela cultura e reafirma seus antigos conceitos e métodos educacionais, ou encara o, para ele, difícil desafio de incorporar a tecnologia aos processos escolares e educacionais.

Novas ferramentas surgem a cada dia, propiciando que metodologias mais eficazes estejam disponíveis ao público, aumentando o número de usuários numa progressão geométrica. Para a educação, uma das aplicações da internet é o uso de plataformas de virtualização do ensino, outra é a de videoconferências. Ambas se complementam e criam um ambiente de ensino e aprendizagem extremamente flexíveis. Porém, faz-se necessário avaliar o modo como o professor tem recebido estas inovações tecnológicas, sua capacidade de assimilação de conteúdos via novas tecnologias e,

¹² Educação a Distância.

mesmo, sua aptidão em desenvolver novas competências para dominar tais tecnologias. Isso ocorre, principalmente, se levarmos em conta que o domínio da computação ainda é um tabu em nossa sociedade e o acesso à internet de alta velocidade (necessária para o bom uso dos novos recursos) ainda é onerosa para a maioria da população. Além disso, deve-se considerar a faixa etária dos profissionais atendidos, entre outros impactos a serem avaliados.

Para entender o problema relacionado à faixa etária, encontramos em Prensky (2001) algumas categorias interessantes. Ele afirma que os chamados Nativos Digitais nasceram em um mundo já totalmente digitalizado, sendo, assim, rodeados por computadores, jogos eletrônicos, calculadoras digitais, televisão, telefones celulares entre outros recursos. Pode-se considerar que essa geração se iniciou por volta de 1985. Aqueles que nasceram antes, membros de gerações mais antigas, são chamados de Imigrantes Digitais. Como todo imigrante, de alguma forma se adaptaram, alguns mais outros menos, mas não perdem o “sotaque”, isto é, usam a tecnologia de forma diferente dos Nativos Digitais. Os Imigrantes Digitais caracterizam-se por normalmente imprimirem seus textos para fazer alterações registradas no papel e posteriormente as digitar; utilizar a internet como segunda fonte de informação; fazer uso de uma atividade por vez no computador; utilizar muito pouco ou quase nada de recursos como *bluetooth*, MSN, *iPhone*, *iPod*, mp3, mp4, *blog*, *Orkut* etc.

Por outro lado, os Nativos Digitais caracterizam-se por receber e passar adiante informações usando diversas mídias; usar diversos programas ao mesmo tempo – multitarefa; serem mais visuais, preferindo imagens a textos, inclusive deixando de ler se não houver imagem.

Para ampliar estas duas categorias criadas por Prensky, acrescentaremos uma nova categoria, à qual chamaremos de Analfabetos Digitais. Esta definição também é chamada de excluídos digitais, presente nos programas governamentais uma vez que aqueles que não têm acesso às tecnologias da internet e ban-

da-larga estão impossibilitados de participar deste novo mundo virtual, de informação e comunicação. Não temos a pretensão de aprofundar este tema neste trabalho, uma vez que as discussões são muito extensas e nos levariam a outros caminhos. Para a finalidade deste estudo, o que importa é que os Analfabetos Digitais normalmente apresentam características bem marcadas e dividem-se em dois grupos muito distintos: a) aqueles que possuem escolaridade avançada (nível superior ou mais), têm muito medo do computador, detestam muita tecnologia, são grandes leitores de livros, entre outras categorias e b) pessoas de baixa escolaridade, para as quais as características mudam, pois não se sentem capazes de usar o computador, não entendem a lógica do mundo virtual e têm pouco domínio da leitura, por isso muita dificuldade para navegar na *web*.

Certamente que este último grupo, o de baixa escolaridade, não se enquadra no âmbito dos professores e aqui nos interessa pouco. No entanto aqueles professores com formação superior, mas analfabetos digitalmente nos interessam muito.

Temos, assim, que o compromisso político dos profissionais de educação passa a assumir uma nova dimensão na sua formação, não sem deixar de lado, todavia, o papel de críticos em relação às políticas públicas, sem deixar que nestas novas funções fiquem meramente como a de executores e deixem de protagonizar o papel de construtores das políticas, ao menos de participantes da elaboração destas. Apontar a incompetência do professor como principal causa é negar as origens do problema e não ajuda a resolvê-lo. Além da gestão pública do sistema de ensino ser ineficiente, a escola e as condições de trabalho é que precisam ser melhorados, fazendo com que haja:

1. Número adequado de alunos por sala – qualquer educador sério sabe que salas com mais de 20 alunos apresentam problemas de acompanhamento, o que resulta que alguns alunos “ficam pelo caminho”.

2. Melhoria dos salários dos diversos profissionais da educação. Não basta melhorar somente o salário dos professores, o que ainda não aconteceu. É necessário que todos os profissionais que trabalham na escola sejam adequadamente remunerados para assumirem a responsabilidade profissional e serem valorizados pelo serviço que prestam.
3. Tempo para o professor preparar suas aulas – professor tem que ser contratado por período integral e dedicação exclusiva para uma determinada escola. Assim, nas suas atividades devem ser previstas as horas de preparação e correção dos trabalhos dos alunos, além de estudos e aperfeiçoamento profissional.
4. Formação continuada do professor – o sistema de ensino deveria desenvolver um projeto, junto com o plano de carreira, que envolvesse a formação continuada e que estimulasse os professores a se manterem atualizados.
5. Além destas propostas, outras medidas que envolvam a sociedade e sua participação.

No entanto, o sistema público de ensino não prevê ainda tais implementações. Por relatos de participantes da Conferência Nacional de Educação - CONAE¹³, vemos que tais propostas, além de outras presentes no relatório final, são um anseio nacional. Na contramão disso tudo, favorecendo aquele discurso oficial de muitos Secretários de Educação que tiram a responsabilidade dos fracassos da gestão do sistema, temos a grande mídia a ajudar a distorcer a realidade.

Com isso algumas representações estão sendo construídas pela sociedade de um modo geral:

¹³ A CONAE teve início em 2009 por meio de diversas conferências regionais, estaduais que resultaram em propostas apresentadas na conferência nacional em abril de 2010 em Brasília.

- A escola pública não ensina;
- O professor é despreparado; desqualificado;
- O professor é o culpado pela má qualidade do ensino, pelo analfabetismo e pela não aprendizagem da matemática;
- Por outro lado, a universidade forma professores, então, ela também não sabe formar, ficando, então, questionada em sua excelência.
- Em torno desse debate, todos dão palpites, criam soluções [...] (DALBEN, 2006)

Certamente, não podemos concordar com esse discurso e com esta situação. Precisamos entender o contexto, complexo, arbitrário e autoritário em que se encontra o campo da educação.

É evidente que o contexto apresentado aqui coloca em panorâmica o cenário no qual a educação se encontra e diante disso define-se uma trama complexa, o que torna mais difícil encontrar respostas ou definir caminhos. Temos a certeza de que os desafios são enormes, tanto para a superação das limitações individuais frente ao isolamento no qual o professor se encontra, na superação das barreiras tecnológicas que implicará novos cenários metodológicos e diferentes estratégias educacionais, quanto das políticas educacionais que necessitam resgatar a dignidade do profissional em educação, possibilitar estabilidade e melhorias de condições de trabalho além de capacitá-lo para conduzir o processo de mudança necessário que atenda os novos alunos, todos nativos digitais, com necessidades e capacidades diferenciadas daquelas dos alunos sem televisão e que tinham como fonte de informação o livro didático somente.

Bibliografia

ARAÚJO, Ângela M^a. Carneiro. *Globalização e Trabalho: Uma Resenha da Literatura*. BIB, São Paulo, n^o52, 2001.

- ARAÚJO, Clara; ESCALON, Celi (orgs). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BASSI, M. *Gestão e financiamento da educação básica: Repercussões do Fundef em sete municípios*. Tese de Doutorado, PUC-SP, São Paulo, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BONFÁ, Ângelo. *Política Essencial*. São Paulo: AJBomfá, 2002.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DAVIS, N. *O Fundef e o orçamento da educação: Desvendando a caixa preta*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- _____. *Fundef: Um breve balanço não oficial*. Contexto & Educação, ano XV, nº 57, Ijuí RGS, 2000, p. 121-126.
- D.E. TUPÃ.. *Por uma educação pública de qualidade: reivindicações dos diretores de escola*. Tupã (SP): Diretoria de Ensino da Região de Tupã – Documento coletivo. (mimeo) 2007.
- DUBET, François e MARTUCCELLI, Danilo. *En qué sociedad vivimos?*. Buenos Aires: Editorial Losada, 2000.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- GARRETON, Manuel A. *Política y Sociedad Entre dos Épocas*. Rosário (AR): Homo sapiens Ed., 2000.
- HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- LEITE, Márcia de Paula. *Tecendo a precarização: Trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo*. Rio de Janeiro: Trabalho Educação e Saúde, 2 (1), 2004

- MARUANI, Margareth; HIRATA, Helena (orgs). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- MONLEVADE, J. Ferreira E. *O Fundef e seus pecados capitais*. Ceilândia (DF): Idéa Editora, 1998.
- POCHMANN, Márcio (org). *Reestruturação Produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: vozes, 2004.
- PRATA, Renan. *Neoliberalismo*. Brasil Escola, disponível em <<http://www.brasilecola.com/historiag/neoliberalismo.htm>>, acessado em 05/09/2007
- PUSTILNIK, M.; AIELO, A. & OLIVEIRA, R. *Acompanhamento da implantação do Fundef na região de Campinas*. Campinas: GPPE/Unicamp, 2001 (mimeo).
- RODRIGUEZ, Vicente. *Financiamento da educação e políticas públicas: o Fundef e a política de descentralização*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001
- TOURAINÉ, Alain. *Um Novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- WIKIPÉDIA. *Enciclopédia Livre*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal>. Acessada em 04/09/2007.